

A VIRADA TESTEMUNHAL  
E DECOLONIAL DO SABER HISTÓRICO



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES

Coordenadora Geral da Universidade

MARIA LUIZA MORETTI



Conselho Editorial

Presidente

EDWIGES MARIA MORATO

ALEXANDRE DA SILVA SIMÕES – CARLOS RAUL ETULAIN

CICERO ROMÃO RESENDE DE ARAUJO – DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN

IARA BELELI – IARA LIS SCHIAVINATTO – MARCO AURÉLIO CREMASCO

PEDRO CUNHA DE HOLANDA – SÁVIO MACHADO CAVALCANTE

MÁRCIO SELIGMANN-SILVA

*A virada testemunhal  
e decolonial do saber histórico*

EDITORA  
UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP  
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO  
BIBLIOTECÁRIA: MARIA LÚCIA NERY DUTRA DE CASTRO – CRB-8ª / 1724

---

Se48v

Seligmann-Silva, Márcio, 1964-

A virada testemunhal e decolonial do saber histórico / Márcio Seligmann-Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2022.

1. Pós-colonialismo. 2. Memória na arte. 3. Cultura - História. 4. Negacionismo.  
I. Título

CDD – 325.3  
– 701  
– 320.569

ISBN 978-85-268-1531-5

---

Copyright © Márcio Seligmann-Silva  
Copyright © 2022 by Editora da Unicamp

As opiniões, hipóteses, conclusões e recomendações expressas  
neste livro são de responsabilidade do autor e não  
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.  
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,  
por escrito, dos detentores dos direitos.

Impresso no Brasil.  
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp  
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3ª andar  
Campus Unicamp  
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil  
Tel.: (19) 3521-7718 / 7728  
[www.editoraunicamp.com.br](http://www.editoraunicamp.com.br) – [vendas@editora.unicamp.br](mailto:vendas@editora.unicamp.br)

*Para Ariani*



*History is not the past.  
It is the present.  
We carry our history with us.  
We are our history.  
If we pretend otherwise, we literally are criminals.*

*James Baldwin (2017, p. 107)*

*[A história não é o passado.  
É o presente.  
Carregamos nossa história conosco.  
Nós somos a nossa história.  
Se fingirmos o contrário, somos literalmente criminosos.]*



# SUMÁRIO

Apresentação .....	11
Introdução .....	15
1. “Da <i>ars memoriae</i> aos estudos de memória pós-coloniais” .....	27
2. O tempo depois das catástrofes .....	113
3. Narrar o trauma .....	141
4. A era do trauma .....	163
5. O que resta do testemunho .....	171
6. O local do testemunho .....	187
7. Anistia e (in)justiça no Brasil .....	205
8. Do revisionismo ao negacionismo: pensando uma escrita da história crítica como resistência ao apagamento .....	223
9. <i>Grande sertão: veredas</i> como gesto testemunhal e confessional .....	249
10. Violência, encarceramento, (in)justiça: memórias de histórias reais das prisões paulistas .....	267
11. Novos escritos dos cárceres: uma análise de caso .....	285
12. A colônia penal de Kafka, ou as vicissitudes da colonialidade .....	311
Palavras finais .....	337
Bibliografia .....	343



## APRESENTAÇÃO

*Maria Eugenia Cabaleda:* “Realmente creio que as fotografias são a única forma pela qual podemos visualizar a desapareição forçada na Colômbia e especialmente em Antioquia, onde temos mais desaparecidos”.  
Museo Casa de la Memoria, Medellín, Antioquia, Colombia<sup>1</sup>

*Ana González:* “Não ter foto da família é como não ser parte da história da humanidade”.  
*La ciudad de los fotografos*, documentário, Sebastián Moreno, 2006

Aproveitei o período da pandemia para organizar e compor este livro que já gestava havia anos. Enclausurado, por conta de um vírus fatal, quase como um testemunho de minha existência e também como um testamento, retomei meus trabalhos e minhas notas para produzir esta publicação. Tanto o conceito de testemunho como o de testamento possuem a mesma raiz, *test-*, que de certo modo estrutura estes textos. Atestar, testemunhar, deixar um testamento, estamos falando de gestos, de atitudes associadas à nossa relação com o mundo. Veremos como Benveniste vai associar essa raiz ao *istor*, de “história”, e à noção de visualidade, de testemunhar visualmente. Enclausurado, passei a testemunhar minhas memórias, a recoleccionar minhas ideias. Era (e é) como se a possibilidade de desapareição tivesse disparado um dispositivo de inscrição da vida, um “testemunho que vivi”, para parafrasear Pablo Neruda. A biologia explica esse fenômeno, afinal, também as quaresmeiras aqui da minha casa floram cada vez mais – com a piora da poluição. Diante da ameaça de extinção, queremos dar um testemunho. O absurdo contido nessa afirmação é evidente, pois, se a humanidade vai desaparecer, por que, por quem e para quem testemunhar?

Mas esse paradoxo apenas radicaliza outro, já presente ao longo do século XX: na era moderna, o testemunho tornou-se cada vez mais uma contradição. Nosso sentido de história mudou de modo tão radical que não nos sentimos mais associados a uma “tradição”. Podemos testemunhar apenas um frágil presente, como em *blogs* ou em *posts* nas redes sociais, que logo são lavados pela constante avalanche de novas postagens. Walter Benjamin já percebera essa despedida da tradição, muito tempo antes, devido ao triunfo da técnica da fotografia e do cinema. Em meados dos anos 1930 ele escreveu:

A autenticidade de uma coisa é a quintessência de tudo que nela é originalmente transmissível, desde sua duração material até o seu testemunho histórico. Como este testemunho está fundado sobre a duração material, no caso da reprodução, onde esta última tornou-se inacessível ao homem, também o primeiro – o testemunho histórico da coisa – torna-se instável. E somente isso; mas aquilo que com isso se desestabiliza é a autoridade da coisa, seu peso tradicional. [...] *a técnica reprodutiva desliga o reproduzido do campo da tradição. Ao multiplicar a reprodução, ela substitui sua existência única por uma existência massiva.*<sup>2</sup>

O cinema implicava, segundo Benjamin, a “liquidação do valor da tradição na herança cultural”:<sup>3</sup> Nesse sentido, minha sensação diante da urgência do testemunho só fez se radicalizar. Estamos falando de um duplo vazio, um originário (nossas sociedades modernas não possibilitam mais o testemunho) e outro futuro: deu um *bug* na humanidade, o futuro se apagou! Mas escrevi. A outra opção poderia ser abrir mão dessa inscrição e “deixar a peteca cair”...

Nietzsche decerto foi o primeiro profeta do esquecimento na era moderna. Sua relação com a tradição e a memória era o negativo do culto historicista do passado do século XIX. Daí suas formulações extremas:

Como fazer no bicho-homem uma memória? Como gravar algo indelével nessa inteligência voltada para o instante, meio obtusa, meio leviana, nessa encarnação do esquecimento? [...] Grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessa de *causar dor* fica na memória.<sup>4</sup>

Por outro lado, essa associação entre dor e memória não deixa de conter uma verdade indiscutível. Freud, poucas décadas depois dessas palavras de Nietzsche, teorizou essa dor em termos do conceito de “trauma”. Para ele, os traumatizados sofrem de “memória demais”. A memória do trauma é ambígua, “latente”, igualmente banhada no rio Lete (do esquecimento) e no rio da Memória. A questão justamente é como lidar com essas inscrições do trauma, como inscrevê-las, como elaborá-las. Neste livro proponho uma discussão desses temas a partir de um outro excesso correlato a esse “excesso traumático de memória”, a saber, a violência inerente ao processo da Modernidade. Essa violência é tanto biotanatopolítica, ou seja, é fatal, como também é memoricida e negacionista: carrega em seu bojo uma contínua política do apagamento e do esquecimento.

Meu dilema inicial, portanto, ao proceder a esta minha operação testemunhal, não deixava de ser absolutamente autoperformático com relação ao meu tema: como escrever sobre os testemunhos – e a partir deles – em uma era duplamente alheia à construção de memórias, seja pelas características da técnica moderna, seja pela violência da Modernidade. Mas essa mesma técnica é paradoxal e ambígua. Pois, se a fotografia estabeleceu um corte em nossa relação com a tradição, com o passado e com a morte, ela também instituiu um poderoso meio de inscrição do próprio apagamento. Assim, lemos nas duas epígrafes desta apresentação declarações de mulheres latino-americanas que se referem à fotografia como um dispositivo essencial no testemunho e na sobrevivência em um território particularmente marcado por políticas estatais de desaparecimento, ou seja, a América Latina. Dessas tensões e ambiguidades devem se desdobrar os capítulos deste livro. São tentativas, sempre parciais, de enfrentar esses dilemas.

Não poderia deixar de fazer uma série de agradecimentos, correndo o risco de esquecer amigos e colegas que me incentivaram, animaram e acolheram ao longo deste percurso, mas aqui segue uma lista, tentativa cheia de gratidão e esperança de mais encontros e diálogos. Antes de mais nada recordo meus ex-alunos e pós-doutorandos: Paloma Vidal, Ilana Feldman, Antonio Barros de Brito Junior, Aline Amsberg, Tiago Elídio da Silva, Jacqueline Ceballos Galvis, Lua Gill da Cruz, Annita Costa Malufe, Augusto Sarmiento-Pantoja, Abilio Pacheco, Liniane Brum, Carlos André Ferreira, Pablo Gasparini, Markus Lasch, Sabrina Sedlmayer Pinto, Alexia Cruz Bretas, Patrícia da Silva Santos, Sheila Cabo Geraldo, Michelle Carreirão Gonçalves e Flávia Albergaria Raveli. E a essas pessoas especiais: Adalberto Müller, Ana Pato, Andrea Lombardi, Andreas Knitz, Betty Fuks, Carol Jacobs, Caroline Silveira Bauer, Claudia Gonçalves, David Foster, Diego Matos, Edson Luis André de Sousa, Edson Rosa da Silva (*in memoriam*), Eduardo Sterzi, Élcio Cornelsen, Ernani Chaves, Fúlvia Molina, Georg Otte, Giselle Beiguelman, Gonzalo Leiva, Helena Carvalhão Buescu, Horst Hoheisel, Isabel Capeloa Gil, Jaime Ginzburg, Janaina Teles, João Camillo Penna, Jochen Volz, Júlio César Bentivoglio, Karl Erik Schøllhammer, Kathrin Rosenfield, Kathrin Saringen, Lais Myrrha, Lawrence Flores Pereira, Leila Danziger, Lucia Maciel Barbosa de Oliveira, Luis Krausz, Luiz Costa Lima, Manuel Vallecilla, Marcelo Brodsky, Marcelo Jacques de Moraes, Marcos Napolitano, Maria Esther Maciel, Marília Bonas, Marina Ludemann, Mauricio

Cardozo, Miguel Vedda, Moacir dos Anjos, Nelson Camata, Olgária Mattos, Paulo de Sousa Aguiar de Medeiros, Paulo Endo, Rachel Cecília de Oliveira Costa, Ralph Buchenhorst, Raquel Mercado Salas, Ricardo Timm de Souza, Roberto Vecchi, Rosana Kohl Bine, Rosane Kaminski, Rosangela Rennó, Sandra Arenas, Sandra Berman, Sandra Lorenzano, Sigrid Weigel, Solange Farkas, Susana Kampff Lages, Susanne Klengel, Susanne Zepp, Suzana Sacramin, Tania Rivera, Tania Sarmiento-Pantoja, Vera Casa Nova, Virginia Vecchioli, Willi Bolle e Winfried Menninghaus.

Evidentemente, a certeza de que tudo isso vale a pena, apesar de tudo, veio da pessoa a quem eu agradeço por último, justamente por ser a primeira: Ariani Sudatti.

São Paulo, outubro de 2021

## NOTAS

- <sup>1</sup> Disponível em <<https://www.museocasadelamemoria.gov.co/RV/mnt/archivo/>>. Acesso em 30/10/2021. Quando não indicado explicitamente na bibliografia, todas as traduções feitas neste livro são de minha responsabilidade.
- <sup>2</sup> Benjamin, 2013, p. 55.
- <sup>3</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>4</sup> Nietzsche, 1988b, p. 295; 1998, p. 50.

# INTRODUÇÃO

## OS PODERES DO TESTEMUNHO E DA ARTE DA MEMÓRIA NA TAREFA DECOLONIAL

Na paisagem da geografia mítica da Grécia antiga, dois rios paralelos cruzavam os limites do Hades, ou seja, o além: Lete, o rio do esquecimento, e Mnemosyne, o rio da recordação. Esse paralelismo não deixa de ser sintomático: memória e esquecimento caminham juntos, de modo que um não existe sem o outro. A história do esquecimento é digna de nota: se na Antiguidade acreditava-se na capacidade de desenvolver a memória e vencer o esquecimento, o homem moderno está convencido de duas coisas só aparentemente irreconciliáveis: a certeza de que tudo o que percebemos se inscreve em nós e o saber de que a maior parte de nossa memória nos é inconsciente. Freud foi o primeiro a tentar explicar isso na Modernidade.

Tanto na visão antiga como na moderna atribui-se ao esquecimento um teor negativo. Verdade em grego é *alétheia*, ou seja, *não esquecimento*. Lembrar-se, ensinava Sócrates, é a forma de atingir a verdade (esquecida porque, segundo ele, quando nascemos, havíamos antes bebido das águas de Lete). Já a psicanálise nos ensina a prática da recordação como terapia. A *talking cure* (cura pela fala) é também uma cura pela rememoração, ou assim se apresenta. O paradoxo é que essa recordação visa permitir (nietzscheaneamente) a possibilidade de um “esquecimento” não culpado ou de uma memória sem peso.

Mas a nossa era da onipresença das imagens modificou a história da relação entre memória e esquecimento. Nossos mega-arquivos virtuais prometem a perenidade de uma memória total da humanidade. O avesso disso é nossa

indiferença com relação ao esquecer: se tudo está armazenado, não precisamos lembrar de nada por nós mesmos. Vivemos confortavelmente de próteses de memória: embalados nas ondas do rio da *web*. Sócrates, ao afirmar que a escrita levaria ao esquecimento (tema que desenvolvo neste livro), já adiantara o modelo dessa crítica às técnicas de armazenamento em mais de dois mil anos.

Não podemos perder de vista que memória e esquecimento têm tudo a ver também com a construção da autoimagem de grupos, culturas e nações. A memória é composta de muitas camadas que se interconectam: existe um aspecto dela que é cumulativo (que armazena fatos), mas ela é também responsável por cimentar os grupos. A memória nos vincula. Ao compartilhar memórias, construímos um bem comum que nos une. Toda memória, já dizia Maurice Halbwachs, é de algum modo coletiva. Toda memória é memória vicária, “dos outros”, pois somos animais sociais, e nossas memórias nos constituem enquanto tais. Isso tem a ver também com o fato de que somos seres políticos, vivemos em sociedades, e as memórias fornecem nossos dados, que estão na base dos pactos morais e de nossos hábitos.

Mais do que nunca, em uma época de crise das grandes narrativas e teorias, *a memória se transformou em um dos últimos bastiões da ética*. Temos que pensar na prática da memória como uma prática política que pode ajudar a construir uma sociedade mais igualitária e justa. Toda sociedade é atravessada por querelas em torno do que recordar, e, de modo geral, nós nos esquecemos de muito mais coisas do que podemos recordar. Por exemplo, se pegarmos nossas práticas memorialísticas que nos marcavam até recentemente, veremos que nossos modelos eram figuras como generais, estadistas e os nossos bandeirantes, pessoas que, na vida real, dificilmente podemos dizer que foram modelos de convivência ética e dialógica. Nossos monumentos e nossos “heróis” são ainda frutos de uma historiografia elitista voltada para reafirmar a história dos vencedores, que afirmava de modo enfático o sistema e glorificava o progresso (técnico e de um determinado modelo socioeconômico) como algo positivo e inexorável. Mas esses “vencedores” sempre triunfaram espezinhando a maioria da população.

Daí pensar hoje na necessidade de fazer uma *virada mnemônica ética* nas encenações de nossa memória. Em vez de comemarmos os “grandes vultos da nação”, bandeirantes que estupravam, escravizavam e matavam indígenas, por exemplo, devemos comemorar os próprios indígenas (que

vivem neste continente há milhares de anos sem nunca ter destruído nada de sua natureza). Devemos comemorar os afrodescendentes que lutaram e lutam pela sua emancipação, assim como os que participam de movimentos sociais do campo e das cidades. Assim, estaremos construindo uma memória ética, um genuíno meio capaz de plasmar uma sociedade melhor. Recentemente, em julho de 2021, o monumento ao bandeirante Borba Gato (do artista Júlio Guerra, de 1957) foi incendiado em São Paulo, em um claro ato de protesto contra nossa paisagem mnemônica ainda dominada pela colonialidade. Nomes de ruas, memoriais e monumentos no Brasil estão ainda dentro da lógica monumentalista e colonial herdada do século XIX. Essas marcas conservadoras da memória constroem muros que barram a construção de outras memórias, dificultam a inscrição de outras narrativas e a produção de novas subjetividades resistentes à colonialidade.

É justo falarmos que políticas identitárias são construídas na trama da memória e do esquecimento. Todo ato de lembrar encerra atos de esquecer. Mas isso é parte de uma economia da memória que podemos considerar natural. Mas existem também políticas de esquecimento. Em termos da nação, países constroem as suas políticas da memória e do apagamento. Com a ascensão do modelo de organização política sob a forma de nações como base da vida burguesa, ocorreu, desde o século XIX, uma poderosa construção de dispositivos e políticas da memória e do esquecimento. As disciplinas da história, da literatura, da antropologia e da linguística serviram a essas políticas. Elas ajudaram a dar forma às nações para justificar suas fronteiras e seus ensejos colonialistas. Poderosas narrativas foram traçadas, como mostrou, entre outros, Benedict Anderson,<sup>1</sup> em torno do que seria cada nação. De certo modo, para que cada narrativa se adequasse a uma história nacional “de sucesso”, dever-se-iam apagar outras histórias. Não por acaso, tem-se falado tanto em negacionismo nas últimas décadas. Devemos pensar o negacionismo associado tanto às políticas de apagamento da memória (sem as quais as nações não se constroem) como também como um aliado sempre presente em políticas de massacres e de genocídios, que marcaram as biotanatopolíticas do século XX e do nosso também. O discurso monolíngue do nacionalismo fundamentalista, que se desenvolveu ao longo do século XIX, produziu e reproduz até hoje máquinas genocidas e memoricidas. Recordo dois exemplos rapidamente.

Hitler, em um discurso a seus chefes militares em 22 de agosto de 1939, às vésperas da invasão da Polônia, teria dito: “Quem se lembra hoje do extermínio dos armênios [durante a Primeira Guerra Mundial]?”. Sua intenção era clara: apenas o lado “heroico” da guerra seria lembrado e a impunidade estaria garantida aos perpetradores de crimes. Como também veremos neste livro, o genocídio da população armênia ocorrido durante a Primeira Guerra Mundial nos estertores do Império Otomano, a chamada Sublime Porta, deu-se acompanhado de sua negação por parte dos nacionalistas turcos que, até hoje, mantêm na Turquia leis que proíbem que se aborde de modo crítico esse evento terrível. Ou seja, Hitler apostou no esquecimento, nas políticas de apagamento, que haviam sido até então bem-sucedidas no caso do genocídio dos armênios, como garantia para o sucesso de seu projeto genocida.

Por sua vez, antes disso, em 1918, em meio a pressões internacionais que exigiram esclarecimentos e justiça com relação ao genocídio armênio, o nacionalista turco e último embaixador do Império Otomano nos EUA, Ahmed Rusten Bey, publicou um livro em defesa da honra dos turcos. Desde 1914 ele publicava em jornais norte-americanos artigos defendendo a Sublime Porta em suas ações contra os armênios. Para defender esses crimes, Bey recordava que, nos Estados Unidos, os negros sofriam linchamentos (1918: 84), assim como narrava uma longa lista de crimes cometidos pelos países da Europa Ocidental. Com relação à Inglaterra, ele recordou a repressão e a violência contra os irlandeses, os massacres realizados na Índia, bem como a violência colonial na África, como no caso do Egito. Também lembrou dos terríveis campos de concentração de Transvaal, criados pelo Lord Kitchener, na segunda guerra dos bôeres, entre tantos outros crimes. Seu argumento era para lá de ambíguo: apontava o dedo para as potências ocidentais, elencando os seus crimes e chamando-as de hipócritas – para justificar os crimes turco-otomanos contra a população armênia, que ele considerava, na verdade, justificáveis.<sup>2</sup> Para além dessa contradição, típica dos argumentos fundamentalistas nacionalistas, que só veem razão nos atos de sua própria pátria, o importante é que Bey, como Hitler depois dele, aponta para o fato de que as políticas de apagamento da história, o esquecimento, são parte do movimento político. Déspotas genocidas apostam no poder no memoricídio como indulto contratado de antemão para garantir a impunidade dos seus atos. Negacionismo, apagamento e genocídios andam sempre de mãos dadas.

A violência colonial, até hoje recalcada pelo mundo ocidental, dito “civilizado”, precisa ser enfrentada. A persistência de monumentos em homenagem a genocidas, escravocratas, traficantes de escravos, autores de massacres só é passível de entender se levarmos em conta as políticas de esquecimento da violência colonial: violência esta que se repete até hoje, em forma de racismo, exploração territorial, de classe e de gênero. Antigas potências e elites coloniais foram em parte substituídas e têm continuidade com as elites locais. As políticas do esquecimento precisam ser enfrentadas, já que elas sustentam *quadros de memória* que balizam a repetição da exploração e da violência. Daí a importância, sempre, de políticas de inscrição da memória, sobretudo quando se trata desse tipo de violência exterminadora. As forças do esquecimento são sempre poderosas e exigem resposta e políticas resistentes de memória.

Este livro pretende ajudar a gerar argumentos para desconstruirmos essa lógica colonial que nos engessa e tende a reproduzir a violência colonial em nossos dias, com práticas racistas, de opressão e violência de classe, misóginas e sempre a favor de uma elite cada vez mais indiferente ao sofrimento dos espezinhados. É importante destacar que, quando falo de “virada testemunhal do saber histórico”, me refiro a novas sensibilidades desenvolvidas nesse contexto pós-colonial em que o corpo e sua localização passam a ser reconhecidos como parte da construção de outras narrativas e epistemologias.

Nossos escritores, cineastas e artistas são justamente alguns dos principais agentes dessa nova arte da memória ética construída a partir dessas novas sensibilidades. Eles têm a capacidade de nos apresentar os conflitos sociais de modo a produzir pontes, abrir arcos que nos conectam com as vítimas daquilo que a ideologia chama de “progresso”, mas que é, na verdade, a continuidade da exploração dos vivos pelos homens e dos homens sobre a natureza. No cinema, por exemplo, a memória tornou-se um tema em si, sobretudo desde a Segunda Guerra Mundial. Aquele acúmulo de violência produziu uma nova estética do cinema, voltada para mostrar os escombros, como no neorealismo italiano – lembremos do *Alemanha, ano zero* (1948), de R. Rossellini, e, dentro de uma nova estética e ética da memória, do muito influente *Noite e neblina* (1955), de Alain Resnais, sobre o Holocausto. Toda a obra de Resnais reflete sobre a memória, como seu fundamental *Hiroshima, meu amor* (1959) e *O ano passado em Marienbad* (1961). Chris Marker, que foi assistente de Resnais,

tornou-se depois um dos maiores criadores de um estilo de cinema-arquivo, voltado para documentar sua época, das imagens do Japão às lutas políticas na Europa e na América Latina.

No Brasil, é importante lembrar uma nova cinematografia que tem se desenvolvido em torno do registro da ditadura de 1964-1985. Se a sociedade brasileira de um modo geral resiste à inscrição e à leitura das memórias daquele período, os cineastas tornaram-se plasmadores de uma poderosa contramemória, com filmes como o pioneiro *Que bom te ver viva* (de Lucia Murat, 1989), *Cidadão Boilesen* (de Chaim Litewski, 2009), *Os dias com ele* (de Maria Clara Escobar, 2014), *Orestes* (de Rodrigo Siqueira, 2015), entre tantos outros. A memória da ditadura é fundamental se quisermos construir um país mais igualitário e democrático. Foi a manipulação dessa memória a partir de 2013 que, em boa parte, pavimentou o caminho, em termos do imaginário da nação, para a eleição de um presidente negacionista, adepto de práticas ditatoriais e representante acabado da nossa colonialidade.

Não podemos nos esquecer do cinema de Eduardo Coutinho, que criou uma verdadeira escola do cinema-testemunho no Brasil, na linha do que Claude Lanzmann e Marcel Ophüls haviam iniciado nos anos 1970. A uma era de catástrofes, grandes cineastas respondem com uma estética e uma ética do testemunho. O mesmo vale para a muito bem-vinda propagação, desde o final do século XX, de cineastas indígenas no Brasil, como Larissa Ye'padiho Duarte, Genito Gomes, Isael e Sueli Maxakali, entre tantos outros brilhantes cineastas. Projetos como o “Vídeo nas aldeias”, iniciado por Vincent Carelli, e o “Instituto Catitu”, desenvolvido por Mari Corrêa, ajudaram a desenvolver essa produção que permite a divulgação das perspectivas ameríndias via cinema.

Nas artes plásticas, o mesmo movimento pode ser descrito. Uma de nossas grandes artistas do (des)esquecimento no Brasil é sem dúvida Rosângela Rennó. Como ela costuma dizer, sua obra lida com o esquecimento – e, particularmente no Brasil, tendemos a esquecer e silenciar a violência. Sua obra se dá em amplo diálogo e incorporação da fotografia, algo também sintomático, já que é uma marca dessa nova arte da memória lançar mão do dispositivo da fotografia. Essa arte quer captar o “real”, seus “traços”, como nas fotos, sobretudo na sua era analógica. Também uma nova geração de artistas tem se dedicado à memória, repaginando a história do Brasil de modo muito